**Handout**

**Curso de Teoria do Direito**

**Professor: Ronaldo Porto Macedo Júnior**

**Texto: DWORKIN, Ronald. Justice for Hedgehogs. Harvard University Press, 2011, p. 351 - 363.**

**Capítulo XVI. Igualdade**

**I. Filosofia e Vergonha**

1. **A pobreza constitui um tema estranho para a filosofia reflexiva: ela parece servir apenas para o ultraje e para a luta.**
2. **Na maior parte dos países ricos a distância entre o abastado e o pobre é absurdamente grande.**
	1. Em alguns, incluindo os EUA, a distância aumenta implacavelmente.
	2. **Nessas circunstâncias a filosofia política acadêmica deve parecer artificial e autoindulgente.**
		1. Teorias de justiça distributiva quase inevitavelmente exigem reforma radical nas comunidades capitalistas avançadas nas quais elas são mais estudadas.
		2. Mas a possibilidade prática de algo tal como a reforma que recomendam é remota.
		3. Políticos mais à esquerda lutam com sucesso no máximo moderado para conquistar ganhos incrementais para aqueles mais pobres, e as melhores políticas são políticas que não pedem mais do que a maioria dos abastados está disposta a dar.
3. A lacuna entre teoria e prática é particularmente grande em comunidades radical e etnicamente diversificadas.
	1. As maiorias continuam relutantes em ajudar pessoas pobres que são diferentes das primeiras.
4. **Mas é importante continuar a incomodar os abastados com argumento, especialmente quando o seu egoísmo debilita a legitimidade das políticas que os tornam abastados**.
	1. Não podemos permitir que pensem que possuem justificação assim como egoísmo ao seu favor.
5. **Teorias de justiça distributiva são artificiais de outro modo distinto: se baseiam na mobília da fantasia.**
	1. Contratos fictícios antigos, negociações entre amnésicos, apólices de seguro que nunca serão escritas ou vendidas.
		1. John Rawls imagina pessoas negociando termos de uma constituição política original atrás de uma cortina opaca que esconde de cada um aquilo que esse alguém de fato é, pensa, e deseja.
		2. Eu imagino leilões em ilhas desertas que podem levar meses para terminar.
	2. **Esse segundo tipo de artificialidade é inevitável.**
		1. **Se formos rejeitar a política como árbitro final da justiça, devemos fornecer algo a mais para definir o que a justiça requer, alguma outra forma de mostrar o que igual respeito e consideração realmente exige.**
		2. **Dada a nossa estrutura econômica injusta e complexa, com sua própria história densa, é difícil fazê-lo sem exercícios contrafactuais heroicos.**
6. Seria pior do que sem sentido para filósofos políticos descrever sociedades angelicais das quais seres humanos reais não poderiam nem mesmo se aproximar. Ou supor que nossas comunidades poderiam apenas ser aperfeiçoadas por meio de um começo real completamente novo.
	1. **Uma teoria da justiça distributiva útil deve mostrar quais dos passos mínimos que podemos realmente tomar agora são passos na direção correta.**
	2. Se filósofos constroem torres de marfim, eles devem colocar alguma Rapunzel no topo de forma que possamos subir devagar.
		1. O economista Amartya Sen criticou o que ele chama de teorias "transcendentalistas" da justiça oferecidas por Rawls e outros (incluindo Dworkin), por sua preocupação exclusiva com conquistas de perfeição de "tiro único" e sua negligência correspondente de juízos comparativos acerca de sistemas políticos reais.
		2. A sua crítica é infundada, mas seria condenatória se fosse precisa.

**II. Concepções Falsas**

*II. a. Laissez-faire*

1. **O governo coercitivo é legítimo apenas quando ele tenta mostrar igual consideração pelo destino de todos aqueles que governa e total respeito por sua responsabilidade pessoal por suas próprias vidas.**
2. **Porque sabemos que verdade moral não pode ser simplesmente verdade, devemos buscar uma interpretação dessas duas exigências que produza, não conflito, mas reforço mútuo.**
	1. **Uma interpretação da primeira exigência é popular entre conservadores políticos e de fato evitaria conflito: nega que a distribuição de recursos materiais seja uma função própria do governo**.
		1. O governo trata as pessoas com igual consideração apenas concedendo a elas toda a liberdade que precisam para trabalhar, comprar e vender, poupar ou gastar, tal como elas mesmas podem pensar ser melhor.
		2. A sua riqueza seria bastante desigual porque algumas pessoas são muito mais talentosas na produção e gestão do que outras, mais espertas nos investimentos e mais frugais ao gastar, e algumas possuem mais sorte do que outras.
		3. Mas isso não é da conta do governo e não pode ser tomado como sinal de falta de igual consideração por aqueles que fracassam, não mais do que o fato de que a maior parte dos corredores perdem a corrida sinaliza uma falta de consideração pelos corredores por parte dos organizadores da corrida.
3. **Esse argumento popular é tolo porque assume que o governo pode ser neutro acerca dos resultados da corrida econômica.**
	1. **Tudo que o governo de uma comunidade política grande faz - ou deixa de fazer - afeta os recursos que cada um dos cidadãos possui e o sucesso que ele alcança.**
	2. **Os seus recursos é sucesso são também função de muitas outras variáveis**, incluindo suas habilidades físicas e mentais, suas escolhas passadas, sua sorte, as atitudes de outros em relação a ele, e seu poder ou desejo de produzir o que os outros desejam = **variáveis econômicas pessoais**.
	3. **Mas o impacto dessas variáveis pessoais em seus recursos e oportunidades reais deve em cada caso também depender das variáveis políticas: das leis e políticas das comunidades nas quais ele vive ou trabalha**.
4. **As leis e políticas de uma comunidade constituem a sua ordem política.**
	1. Leis tributárias são centrais para uma ordem política, mas todas as outras partes do direito pertence a essa ordem também.
		1. política fiscal e monetária, direito do trabalho, política e direito ambiental, planejamento urbano, política externa, política de saúde, política de transporte, regulação de alimentos e medicamentos, e todo o restante.
	2. **Alterar qualquer uma dessas políticas ou leis altera a distribuição de riqueza e oportunidade pessoal na comunidade, dadas as mesmas escolhas, sorte, capacidades e outras variáveis pessoais de cada um.**
	3. Não podemos evitar o desafio da igual consideração argumentando que os recursos que um indivíduo possui dependem de suas escolhas, não das escolhas do governo.
	4. Dependem de ambas.
		1. A ordem política, que está sob controle da comunidade, fixa as oportunidades e as consequências de escolhas para cada indivíduo para cada conjunto de escolhas acerca de educação, treinamento, emprego, investimento, produção e lazer que ele pode fazer, e para cada um dos eventos de boa ou má sorte com que ele pode se deparar.
	5. **Constitui uma evasão desajeitada dizer que a política de *laissez-faire* que apenas significa um conjunto de leis ao invés de outro não é um ato do governo.**
5. A analogia da corrida revela a fraqueza do argumento de que o governo pode ser neutro acerca da distribuição.
	1. Corridas adequadamente desenhadas não são neutras: elas são manipuladas de forma que pessoas com habilidades específicas tenham maior probabilidade de ganhar.
	2. Esse tipo de manipulação não constitui um viés: trata as pessoas como iguais porque supõem-se que elas compartilham o sentido do propósito da empreitada.
	3. Mas o propósito (point) de viver reunido em comunidades políticas legítimas sujeitas ao princípio da dignidade não é o de identificar e recompensar qualquer conjunto específico de habilidades, qualidades ou de sorte, de forma que as leis que previsivelmente terão esse resultado podem muito bem ser enviesadas.

*II. b. Utilidade*

1. **Essa observação pode sugerir uma estratégia diferente para defender o governo do *laissez-faire*: o propósito (point) do governo é identificar e recompensar a habilidade produtiva, não como um fim em si mesma, mas com intuito de tornar a comunidade mais próspera de forma geral.**
2. **Podemos colocar esse argumento mais formalmente no vocabulário do utilitarismo: tratamos cada pessoa como um igual valorizando o seu prazer (ou felicidade, ou bem estar, ou sucesso) igualmente ao escolher as políticas que irão aumentar o agregado de prazer (ou alguma daquelas commodities) na comunidade como um todo.**
3. **O utilitarismo** tem sido e permanece uma posição influente na teoria política, mas **oferece uma interpretação não persuasiva da igual consideração**.
	1. Os pais não mostrariam igual consideração por todos os seus filhos se gastassem todo o orçamento disponível educando apenas aqueles que provavelmente ganhariam muito no mercado.
	2. Isso não trataria o sucesso da vida de cada filho como igualmente importante.
	3. Consideração por um grupo grande de pessoas não é a mesma coisa que consideração por cada um de seus membros.
	4. **Uma estratégia de agregação valoriza felicidade, bem estar ou alguma outra interpretação de utilidade, seja lá em que pessoa esse valor resida.**
	5. **Mas isso é uma consideração pela commodity e não por pessoas**.

*II. c. Bem estar*

1. Essas duas respostas ao desafio da igual consideração possuem ao menos a seguinte virtude: elas recomendam políticas que respeitam a responsabilidade individual das pessoas por suas próprias vidas.
	1. Mas nenhuma oferece uma concepção razoável do que é tratar as pessoas com igual consideração.
2. **Devemos notar um grupo de teorias que fracassam em sentido contrário: essas visam tornar as pessoas iguais em bem estar ou em capacidades de acordo com alguma concepção do que conta como bem estar ou de quais oportunidades ou capacidades são importantes.**
	1. Visam tornar as pessoas igualmente felizes ou dar prioridade aos menos felizes, tudo testado por um contador Geiger.
		1. Ou visam a tornar as pessoas igualmente bem sucedidas de acordo com sua própria percepção, ou iguais em suas oportunidades para atingir a felicidade ou o bem estar.
		2. Ou iguais em suas capacidades gerais.
	2. **Mas as pessoas discordam acerca do que é a felicidade, e valorizam a felicidade de forma distinta: algumas estão prontas para sacrificar a felicidade em prol de outros objetivos.**
		1. Também discordam acerca do que torna suas vidas bem sucedidas: algumas possuem planos mais ambiciosos e caros do que outras.
		2. Portanto elas também diferem em seus pontos de vista acerca do que necessitam em termos de oportunidades para serem felizes ou em relação a quais capacidades são mais importantes.
	3. **Se uma comunidade estabelecesse tornar as pessoas iguais em qualquer uma dessas commodities de bem estar, ela necessariamente estaria impondo a todos o seu juízo coletivo acerca de quais vidas são boas e acerca de como viver bem.**
	4. **Essa comunidade aniquilaria a responsabilidade pessoal de forma ainda mais fundamental de outra maneira: visaria garantir que as pessoas fossem iguais em termos da commodity de bem estar designada, seja lá quais fossem as escolhas que tivessem feito ou os riscos que tivessem corrido**.
		1. **A responsabilidade pessoal não contaria para quase nada.**
3. Precisamos evitar ambos os erros: precisamos de uma teoria da justiça distributiva que satisfaça ambos os princípios.
	1. As teorias baseadas no bem estar mostram que podemos fazê-lo apenas se escolhemos, como nossa métrica básica, um teste para a igualdade que seja despojado tanto quanto possível de premissas acerca do bem estar.
	2. **Devemos nos concentrar em recursos, não em bem estar, e devemos distinguir entre recursos pessoais e impessoais.**
		1. Os recursos pessoais de uma pessoa são suas capacidades físicas e mentais.
		2. Seus recursos impessoais consistem em sua riqueza, medida de forma o mais abstrata possível.
	3. **Apenas recursos impessoais podem ser medidos sem recorrer a premissas de bem estar, e apenas esses recursos podem ser distribuídos por meio de transações econômicas e redistribuídos por meio de tributação ou outros programas governamentais.**
	4. **Devemos objetivar tornar os membros de nossa comunidade política iguais em tais recursos materiais.**
	5. Esse objetivo pode parecer perverso porque visa tornar as pessoas iguais naquilo que elas valorizam apenas enquanto meios.
		1. Pessoas razoáveis querem recursos não em si mesmos, mas para tornar as suas vidas melhores ou melhor vividas.
	6. Mas esse é o ponto: uma comunidade que respeita a responsabilidade ética pessoal deve se concentrar em uma justa distribuição dos meios quando fixa seu estabelecimento político.
		1. Deve deixar a escolha dos fins para cada um dos seus cidadãos.

**III. Igualdade de Recursos**

*III. a. O teste da inveja*

1. **Qual ordem política, buscando qual distribuição de recursos, se ajusta aos nossos dois princípios tomados em conjunto?**
2. **Eu propus uma resposta de fantasia**:
	1. **Imagine pessoas naufragadas em uma ilha deserta com vários recursos naturais**.
	2. A cada uma é dado um número igual de conchas como sinais de aposta, e elas competem em um leilão pela posse individual dos recursos da ilha.
	3. **Quando o leilão finalmente termina, e cada um está satisfeito por ter usado suas conchas da forma mais eficiente, o seguinte teste da "inveja" deverá ser satisfeito.**
		1. **Ninguém irá querer o seu pacote de recursos pelo pacote de mais ninguém, porque poderia ter tido esse outro pacote no lugar do seu próprio pacote se assim tivesse querido**.
	4. Porque o resultado é uma distribuição livre de inveja nesse sentido, a estratégia trata cada um com igual consideração.
		1. **Cada pessoa compreende que sua situação reflete a igual consideração: sua riqueza é uma função do que os outros querem assim como daquilo que ela mesmo quer.**
	5. **A estratégia também respeita a responsabilidade pessoal de cada apostador por seus próprios valores.**
		1. Ele usa suas conchas para adquirir os recursos que considera mais adequados para a vida que ele considera melhor.
		2. Ele é limitado para desenhar essa vida pelo que ele descobre serem as escolhas dos outros, e assim pelo que ele pode ter disponível para qualquer vida que ele desenhe.
		3. **Suas escolhas não são limitadas por nenhum juízo coletivo acerca do que é importante na vida, mas apenas pelos verdadeiros custos de oportunidade para os demais daquilo que ele escolhe.**
			1. Dworkin discute a natureza de verdadeiras custos de oportunidade e o seu papel na definição de uma teoria da justiça, junto com os comentários de Samuel Freeman acerca desse papel, em uma nota.
3. A distribuição de fantasia respeita ambos os princípios: oferece concepções atraentes tanto da igual consideração quanto do respeito total.
	1. Mas eu e você não somos passageiros náufragos em uma ilha recentemente descoberta e abundantemente abastecida.
4. **Até que ponto e de que forma podemos ser guiados pela fantasia nas situações bastante diferentes das economias modernas?**
	1. **A história possui uma lição imediatamente negativa: uma economia de comando ou socialista** na qual preços, salários e produção são definidos coletivamente pelos oficiais **seria uma realização muito imperfeita de nossos valores**.
		1. **As decisões de uma economia de comando são coletivas: refletem uma decisão coletiva acerca de quais ambições, e de quais recursos, são mais adequados para uma vida boa.**
	2. Um mercado livre não é inimigo da igualdade, tal como frequentemente suposto, mas indispensável para uma igualdade genuína.
		1. **Uma economia igualitária é basicamente uma economia capitalista.**
5. **Esse argumento apressado deve ser rapidamente qualificado de duas formas cruciais:**
	1. **Em primeiro lugar, é essencial para a justiça do leilão da ilha que o preço que alguém pague por aquilo que ele adquire reflita o custo de oportunidade verdadeiro para os outros do fato de ele adquirir a coisa.**
		1. Mercados reais em economias capitalistas são frequentemente corrompidos de formas que frustram essa condição.
		2. Regulação é frequentemente necessária para aperfeiçoar a liberdade ou eficiência de um mercado: para protegê-lo contra distorções de monopólio ou de externalidades.
			1. Essas distorções incluem (tal como recentemente viemos a aprender) risco exagerado em busca de lucro exagerado quando o risco recai largamente sobre aqueles que não tomaram parte na decisão e que teriam pouca participação em qualquer ganho.
			2. Impacto do clima é outro exemplo importante de distorção: porque o mercado não pode ser facilmente estruturado para refletir os custos de oportunidade do consumo de energia agora para as futuras gerações, regulação extra-mercado parece necessária.
		3. Esses ajustes para um livre mercado não contradizem o espírito dessa compreensão da igual consideração.
			1. Pelo contrário, eles realizam essa compreensão ao operar melhor a correspondência dos recursos das pessoas ao custo real de oportunidade daquilo que elas fazem ou consomem.
	2. **A segunda qualificação é muito diferente e deve nos ocupar mais longamente.**
		1. O esquema do leilão de fantasia mostra igual consideração porque o resultado satisfaz o teste da inveja descrito.
		2. O que cada habitante da ilha possui é fixado por suas próprias escolhas, dadas as escolhas que outros fazem a partir de uma base igual.
		3. **Quando o leilão acaba, e os habitantes da ilha começam suas vidas econômicas, o teste da inveja logo falha.**
			1. Eles plantam, fabricam, e consomem, usando os recursos que adquiriram no leilão, e ingressam em transações uns com os outros, cada um transacionando para melhorar a sua situação.
			2. Algumas das diferenças que essa atividade gera refletem as suas escolhas. Ex.: consumir ao invés de poupar, descansar ao invés de trabalhar, ou fazer poesia que os outros não querem muito ao invés de produzir milho, que é popular.
				1. O teste da inveja ainda é satisfeito apesar dessas diferenças se aplicamos esse teste ao longo do tempo: os recursos das pessoas continuam a ser sensíveis a suas escolhas.
			3. **Mas outras diferenças corrompem o teste da inveja.**
				1. **Alguns habitantes da ilha não possuem muito talento para produzir o que os mercados valorizam, ou caem doentes, ou fazem investimentos responsáveis que não obstante fracassam.**
				2. Eles passam a possuir poucos recursos com os quais construir uma vida, não em consequência de, mas apesar das escolhas que fizeram.
		4. O teste da inveja falha **porque seus recursos não dependem apenas de suas escolhas: o mercado não é mais igualitário.**

*III. b. Ex Ante ou Ex Post?*

1. Como devemos responder?
	1. Corredores em uma corrida justa são igualmente posicionados, todos na linha de largada, antes da corrida começar: eles são iguais *ex ante*.
	2. Mas eles não são igualmente posicionados depois do fim da corrida: *ex post*, um venceu os demais.
2. **Qual o foco temporal correto para a justiça?**
	1. **O igual respeito exige tentar satisfazer o teste da inveja, tanto quanto possível, *ex ante*, antes do impacto das transações e da sorte?**
	2. **Ou *ex post*, depois que esses eventos tomaram o seu curso?**
	3. Um governo comprometido com a igualdade *ex post* faz um esforço para trazer os cidadãos carentes de habilidades de mercado para o mesmo nível econômico daqueles com mais habilidades e para recolocar aqueles que tombaram doentes ou que sofreram limitações na posição que teriam de outra forma ocupado.
	4. Um governo que visa a igualdade *ex ante* responde de forma diferente: ele tem o objetivo de que os cidadãos enfrentem essas contingências em igual posição.
		1. Em particular, que tenham uma oportunidade para comprar um seguro apropriado contra baixo talento produtivo ou má sorte em iguais condições.
3. **A primeira vista, a compensação *ex post* pode parecer o objetivo mais apropriado.**
	1. Pessoas que estão desempregadas ou que estão gravemente machucadas ou debilitadas e que recebem apenas o que uma apólice de seguro paga em termos de compensação permanecem em uma posição muito pior do que outros.
	2. Pagamentos de seguro tipicamente não compensam de forma completa, e para algumas situações de má sorte - deficiência física grave - eles ficam extremamente aquém de restaurar as pessoas à sua posição anterior.
	3. Desde que a comunidade possa melhorar a situação de alguém que tenha sido vítima de má sorte, a igual consideração pode parecer exigir que a comunidade assim o faça.
4. **Mas a abordagem *ex post*, mesmo até o ponto em que é possível, é uma compreensão muito pobre da igual consideração. A abordagem *ex ante* é melhor.**
	1. **Sorte no investimento é uma razão importante de porque a renda e riqueza das pessoas diferem.**
		1. Eu e você estudamos gráficos financeiros com o mesmo cuidado e fazemos escolhas igualmente inteligentes, apesar de distintas.
		2. As suas ações prosperam e as minhas definham: você é rico e eu sou pobre e isso apenas porque sua sorte tem sido melhor do que a minha.
		3. **Mas se nossa comunidade política se esforçasse para apagar essa consequência da sorte, ela minaria a responsabilidade que cada um de nós exerceu.**
		4. **Se tornasse nossas escolhas de investimento desprovidas de sentido dessa forma, deixaríamos de investir.**
		5. Muitas das decisões mais importantes que fazemos são também decisões de investimento cujas consequências dependem da sorte.
			1. Qualquer decisão de educação ou treinamento pode ser prejudicada por alterações tecnológicas imprevisíveis que tornam nosso treinamento específico inútil.
		6. Se a comunidade objetivasse garantir que nosso destino não dependesse de forma alguma de como qualquer uma dessas apostas de investimento se desenvolvesse - ela acabaria por aleijar nossas própria responsabilidade por nossas escolhas.
		7. **Qualquer versão plausível de uma abordagem *ex post* teria que fazer uma distinção entre investimento e outras formas de sorte e teria que excluir o primeiro enquanto fundamento para redistribuição.**
			1. Essa distinção seria difícil de delimitar.
	2. **Mas a compensação *ex post* não seria um objetivo razoável mesmo se restrita à sorte não de investimento.**
		1. **Qualquer comunidade que se esforçasse para gastar tudo que pudesse para melhorar a posição dos seus cegos ou membros deficientes, até que gastos a mais não os beneficiasse nem mesmo marginalmente, não teria nada sobrando para gastar em mais nada**.
		2. As vidas de todos os outros cidadãos seria miserável por consequência.
		3. **Essa política não refletiria as prioridades reais de ninguém, incluindo as prioridades anteriores das vítimas de acidentes terríveis**.
			1. Se a escolha os coubesse antes que fossem machucados, eles não teriam gastado tudo que tinham para comprar a melhor apólice de seguro contra acidente possível.
			2. Eles não teriam pensado, dadas as chances, que fazia sentido comprometer suas vidas em todos os outros aspectos para garantir o seguro o mais caro possível.
	3. **A abordagem da compensação *ex post* é irracional: permanece errada ainda se a aplicarmos para apagar as consequências apenas da má sorte genética de não possuir talentos valorizados no mercado contemporâneo.**
		1. Se a comunidade restaura as pessoas a uma condição de igual riqueza, seja lá qual for as escolhas que fazem acerca do trabalho e do consumo, ela destrói ao invés de respeitar essa dimensão da responsabilidade.
		2. Mas não há uma forma de apagar totalmente as consequências das diferenças em talento sem adotar esse remédio estúpido.
			1. **É impossível em princípio, e não apenas na prática, distinguir as consequências da escolha daquelas da capacidade ao longo do leque de decisão econômica, porque preferência e capacidade interagem em ambas as direções.**
			2. Nossas preferências tanto conformam os talentos que estamos dispostos a desenvolver quanto são conformadas pelos talentos que acreditamos possuir.
		3. Não podemos separar a escolha da sorte genética da forma que pode parecer a mais direta: tendo certeza, *ex post*, de que a riqueza das pessoas reflete apenas a primeira e nenhum tom da segunda.
5. **Igual consideração requer sim que a comunidade compense de alguma forma pela má sorte.**
	1. **Necessitamos de uma compreensão da compensação que seja compatível com o respeito correto pela responsabilidade individual e devemos assim buscar uma abordagem *ex ante*.**
	2. Isso visa situar as pessoas igualmente conforme elas enfrentam tanto as decisões econômicas quanto as contingências que cercam essas decisões.
	3. Um mercado econômico para investimento, salário e consumo é um passo crucial em direção a essa igualdade porque permite às decisões das pessoas carregar os custos ou ganhos que são medidos pelo impacto dessas decisões em outras pessoas.
	4. Mas precisamos de um passo além: **precisamos situar as pessoas na posição que teriam ocupado se elas tivessem sido igualmente capazes de se proteger contra essas diferentes dimensões da má sorte por meio de seguro apropriado, em um momento anterior àquele em que as decisões e eventos que conformaram suas vidas tiveram início.**
	5. **Esse passo exige o tipo de especulação fantasiosa a que me referi anteriormente.**
		1. É impossível que as pessoas pudessem em algum momento ser igualmente capazes de se assegurar em qualquer mercado real de seguros.
		2. Certamente impossível antes que a sua sorte genética tivesse início, porque antes desse ponto elas nem mesmo existiam.

*III. c. Seguro Hipotético*

1. **Devemos retornar para nossa ilha. Notamos agora que o seguro está entre os recursos leiloados.**
	1. Alguns habitantes da ilha se encarregam de assegurar outros, em competição com outros seguradores, a taxas de conchas de mercado.
	2. Quando o leilão termina, a igualdade *ex ante* foi preservada e transações futuras irão mantê-la.
2. **Essa história expandida nos ajuda porque nos ensina a importância da seguinte questão hipotética: Qual nível de seguro contra baixa renda e má sorte as pessoas em nossa própria comunidade real comprariam** se a riqueza real da comunidade fosse igualmente dividida entre elas, se nenhuma informação estivesse disponível que levaria qualquer pessoa ou segurador a avaliar que corria mais ou menos risco do que outros, e se todos tivessem informações acera da incidência de diferentes tipos de má sorte e acerca da disponibilidade, custo e valor de soluções médicas e outras para as consequências dessa má sorte?
	1. Podemos especular acerca das respostas a essa questão a partir da informação disponível acerca de quais tipos de seguro os seguradores realmente ofertam e as pessoas realmente compram.
	2. **Deverá haver uma ampla extensão de incerteza em qualquer resposta que dermos.**
		1. **Não podemos especificar nenhum nível de cobertura particular que podemos ter certeza de que qualquer número específico de pessoas compraria sob as condições contrafactuais fantásticas que imaginamos.**
	3. **Mas esse não precisa ser nosso objetivo.**
		1. **Podemos tentar identificar um nível máximo de cobertura que podemos sensatamente assumir que a maioria das pessoas em nossa comunidade teria escolhido assegurar, dado o que sabemos acerca de nossas necessidades e preferências, e dada a estrutura de prêmio que essa cobertura exigiria.**
		2. Não podemos responder nem mesmo essa questão com qualquer pretensão de exatidão.
		3. Mas podemos descartar algumas respostas enquanto manifestamente muito baixas.
		4. Podemos identificar um tal nível de cobertura que seria tolo para a maioria das pessoas não comprá-lo, dadas suas preferências tal como podemos verificá-las.
3. **Podemos insistir que nossos oficiais utilizem ao menos esse nível de cobertura como guia para programas redistributivos de tipos distintos.**
	1. Podemos objetivar coletar da comunidade, por meio de tributos, um montante igual ao prêmio agregado que teria sido pago por cobertura universal naquele nível.
	2. Podemos então distribuir, para aqueles que necessitam, serviços, bens ou fundos que correspondem o que a cobertura teria fornecido em virtude de sua má sorte.
		1. Iríamos financiar, dessa forma, seguro desemprego e contra salários baixos, de saúde, e a seguridade social para pessoas aposentadas.
4. Por hipótese, qualquer comunidade pode custear os programas que esse esquema de seguros descreve: esses programas não seriam irracionais da forma como aqueles exigidos por um objetivo de compensação *ex post* seriam.
	1. **Um governo que não oferecesse esses programas fracassaria em suas responsabilidades econômicas porque esses programas que o esquema identifica refletem os pressupostos razoáveis acerca das preferências gerais da comunidade acerca do risco e do seguro.**

*III. d. Paternalismo?*

1. Nossa ambição geral é oferecer um esquema de justiça distributiva que satisfaça os dois princípios de dignidade.
2. **Pode agora ser objetado que o esquema hipotético de seguro que eu sumarizei acaba com o segundo princípio porque ele é obrigatório (objeção de Arthur Ripstein).**
	1. O esquema assume que a maioria dos cidadãos teria adquirido o seguro ao menos nos níveis de cobertura e pelos prêmios estipulados.
	2. **Talvez alguns não o teriam adquirido, e tributar esses cidadãos sob esse esquema (ou conceder a eles benefícios sob o mesmo esquema) seria uma imposição paternalista de uma escolha supostamente razoável.**
3. **A objeção não está bem formulada: paternalismo significa impor uma decisão a alguém supostamente pelo seu bem mas contrariamente ao seu próprio senso do que isso seja.**
	1. **O esquema hipotético de seguros faz suposições acerca de quais seriam as preferências dos cidadãos em circunstâncias muito distintas daquelas com que qualquer um tenha de fato se deparado.**
	2. Não seria mais paternalista assumir, para qualquer indivíduo, que ele teria escolhido comprar o seguro a um nível que julgamos ser aquele em que a maioria das pessoas teria se assegurado do que seria supor que ele não teria comprado esse seguro, e de tratá-lo de forma correspondente.
4. **O esquema não é paternalista mas é probabilístico.**
	1. Ninguém poderia pensar ou argumentar que não teria tomado a decisão que assumimos que a maioria das pessoas teria tomado.
		1. Os contrafactuais são muito profundos para qualquer juízo individualizado do tipo: as reivindicações do esquema podem ser apenas estatísticas.
	2. Mas uma pessoa poderia corretamente dizer que ela poderia não ter tomado tal decisão.
	3. Esse fato apresenta uma questão de justiça, mas não de paternalismo.
		1. Podemos tratar os cidadãos individuais com base em cada um dos dois pressupostos.
			1. Parece justo tratá-los como se cada um deles tivesse feito o que julgamos que a maioria teria feito, na falta de informações indicando o contrário.
5. **Essa é nossa justificativa: visamos cobrar das pessoas os custos reais de oportunidade de suas escolhas.**
	1. Embora devemos confiar em mercados reais de produção e salários, devemos complementar e corrigir esses mercados de formas variadas.
		1. Devemos tentar eliminar os efeitos da má sorte e de outros infortúnios avaliando qual mercado mais abrangente e justo teria se revelado enquanto custos de oportunidade de provisões contra tais infortúnios.
	2. **Devemos fazer suposições contrafactuais nesse exercício.**
		1. **Isso parece mais justo do que as alternativas, as quais são:**
			1. **deixar os infortúnios sem correção.**
			2. **escolher algum nível de pagamentos de transferência redistributivos por meio de políticas guiadas apenas por reações brutas de justiça que não possuem fundamento na teoria e que possuem a probabilidade de ser mesquinhas na prática.**
	3. Escolhemos o dispositivo do seguro hipotético mesmo que ele exija juízos grosseiros de probabilidade, enquanto mais fiel à concepção de equidade baseada nos custos de oportunidade em geral.
	4. **Isso é o melhor que podemos fazer para mostrar igual consideração e o respeito correto pela responsabilidade individual.**
		1. Nosso projeto interpretativo geral endossa um esquema redistributivo modelado com base em suposições hipotéticas de seguro por essa razão.
			1. (Amartya Sen oferece outras objeções a esse esquema de seguro hipotético.

*III. e. Laissez-faire Outra Vez*

1. Isso completa meu esboço resumido de um desenho para uma ordem política que funde igual consideração por parte do governo e responsabilidade pessoal para os cidadãos (menciona ter descrito com mais detalhes em outro trabalho a estrutura tributária que esse exercício geraria e os programas sociais que ele justificaria).
2. **Devemos tomar cuidado para não confundir nossa abordagem *ex ante*, que dispõe de compensação *ex ante*, com uma abordagem *ex ante* diferente - enganosamente chamada de igualdade de oportunidades - popular entre políticos conservadores.**
	1. Essa sustenta que mostramos igual consideração deixando as fichas caírem onde tiverem de cair.
	2. **Ela não permite redistribuição de recompensas de mercado e insiste que aqueles que tenham tido má sorte devem suportá-la por si mesmos.**
3. Essa é apenas uma forma da doutrina do *laissez-faire* mencionada no início da discussão.
	1. Proponentes dizem que o *laissez-faire* recompensa a responsabilidade individual.
	2. **Mas as pessoas com pouco talento de mercado ou com má sorte podem responder que isso não mostra igual consideração porque um arranjo econômico diferente que também satisfaz as exigências da responsabilidade individual e mostra mais consideração apropriada por eles está disponível**.
4. **Igualdade de recursos pode premiar qualidades de inteligência produtiva, diligência, dedicação, perspicácia, ou contribuição para a riqueza dos outros.**
	1. **Mas esse não é o seu objetivo.**
	2. **Ela nem mesmo supõe que essas são virtudes.**
		1. Certamente não supõe que uma vida ganhando mais dinheiro é uma vida melhor ou mais bem sucedida.
	3. **Ela presume apenas que tratamos as pessoas com igual consideração quando permitimos a elas desenhar sua própria vida, conscientes de que suas escolhas terão, entre outras consequências, um impacto em sua própria riqueza.**
	4. **É crucial para essa compreensão que o caráter e grau desse impacto reflita o efeito que suas escolhas possuem nas fortunas dos outros: os custos para os outros, em oportunidades perdidas para eles mesmos, das várias decisões que tomaram.**

\* As partes marcadas em negrito foram aquelas selecionadas para a apresentação oral no seminário.